

# CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ - CRC-PR

## CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

**300 ADVOGADO**



### CADERNO DE PROVAS - LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1 Confira se seu CADERNO DE PROVAS corresponde ao cargo escolhido em sua inscrição. Este caderno contém sessenta questões objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 60, uma prova discursiva e uma folha rascunho.
- 2 Caso esteja incompleto ou contenha algum defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 3 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, que serão entregues pelo fiscal durante a prova, são os únicos documentos válidos para a correção das questões objetivas e da prova discursiva expostas neste caderno.
- 4 Quando o CARTÃO-RESPOSTA estiver em suas mãos, confira-o para saber se está em ordem e se corresponde ao seu nome. Em caso de dúvidas, solicite orientação ao fiscal.
- 5 Ao receber a sua FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO para a elaboração de sua resposta da prova discursiva, verifique imediatamente se o número de sequência (canto superior direito) confere com o número impresso no seu CARTÃO-RESPOSTA.
- 6 No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondente às suas respostas deve ser feita com caneta esferográfica azul ou preta. O preenchimento é de sua exclusiva responsabilidade.
- 7 Não danifique o CARTÃO-RESPOSTA ou a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, pois em hipótese alguma haverá substituição por erro do candidato.
- 8 Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras: A, B, C, D e E, havendo apenas uma que responde ao quesito proposto. O candidato deve assinalar uma resposta. Marcação rasurada, emendada, com campo de marcação não preenchido ou com marcação dupla não será considerada.
- 9 A duração total das provas objetiva e discursiva é de 3 horas, incluindo o tempo destinado à identificação - que será feita no decorrer da prova -, à transcrição do texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO da prova discursiva e ao preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA.
- 10 Reserve, no mínimo, os 25 minutos finais para preencher o CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO. Não será concedido tempo adicional para o preenchimento.
- 11 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, 1 hora após o início das provas e poderá levar este caderno somente no decurso dos últimos 60 minutos anteriores ao horário determinado para o seu término.
- 12 É terminantemente proibido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no CARTÃO-RESPOSTA da prova objetiva.
- 13 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem a autorização do fiscal de sala.
- 14 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o CARTÃO-RESPOSTA, a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO e deixe o local de prova.

### INFORMAÇÕES

- **22/01/2017** – Data de aplicação da prova objetiva.
- **23/01/2017** – A partir das 16h (horário de Brasília) – Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva.
- Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- **A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no CARTÃO-RESPOSTA poderá implicar a anulação da sua prova.**

Para uso do Instituto QUADRIX

Chave de Segurança

**TIPO 1 B**

**ADG300**

INSTITUTO  
**QUADRIX**

# PROVA OBJETIVA

## CONHECIMENTOS GERAIS

Para responder às **questões de 1 a 3**, leia o texto abaixo.

### **Administrador judicial da Oi deve divulgar nova lista de credores em janeiro**

*Primeira lista de credores da Oi foi apresentada em junho, quando a empresa fez o maior pedido de recuperação judicial da história do Brasil sob peso de R\$ 65,4 bilhões em dívidas*

Uma lista atualizada dos credores da Oi vai ser divulgada em janeiro de 2017 pelo administrador que trata diretamente da recuperação judicial da empresa, disse o diretor financeiro da operadora de telefonia, Ricardo Malavazi Martins, em reunião com analistas e investidores.

Segundo Martins, há algumas contestações sendo feitas em cima da primeira lista apresentada em junho. "Estamos na segunda onda que é: o administrador judicial recebeu todas as objeções e modificações que os credores já colocaram e deve publicar uma segunda lista", disse o executivo.

"A partir dessa lista, vai haver outra rodada em que os credores vão poder fazer objeções diretas ao juiz e não mais ao administrador judicial para que a empresa possa se posicionar. Com a lista definida você define quem são os credores. É um processo lento... mas não temos como acelerar", acrescentou. A primeira lista de credores da Oi foi apresentada em junho, quando a empresa fez o maior pedido de recuperação judicial da história do Brasil sob peso de R\$ 65,4 bilhões em dívidas.

Nos últimos dias, uma proposta alternativa ao plano de recuperação judicial da Oi foi apresentada à empresa por um grupo de credores que se aliou ao bilionário egípcio Naguib Sawiris. A proposta prevê troca de dívida por ações e prevê R\$ 37 bilhões em investimentos nos próximos cinco anos. O plano prevê que os credores vão assumir controle da Oi em uma operação de troca de dívida por ações na qual R\$ 24,82 bilhões em dívida serão trocados por 95% do patrimônio líquido da Oi.

Martins evitou comentários específicos sobre a proposta alternativa apresentada na sexta-feira. Ele estimou que uma proposta consensual para a recuperação da Oi poderá ser divulgada até o fim de março de 2017. "Nossa expectativa é que no primeiro trimestre a gente consiga formular outro plano que possa ser encaminhado a uma assembleia de uma forma negociada", disse Martins.

*(g1.globo.com)*

### QUESTÃO 1

A respeito da construção frasal em "Uma lista atualizada dos credores da Oi vai ser divulgada em janeiro de 2017 pelo administrador", assinale a alternativa em que haja uma análise correta.

- (A) Trata-se de uma construção com verbo na voz ativa, já que o sujeito é agente e o verbo é transitivo direto complementado por objeto direto.
- (B) É uma construção com verbo na voz passiva analítica, o que se comprova pela presença de uma locução verbal contendo um particípio e de um agente da passiva.
- (C) É uma construção de voz passiva sintética, ou pronominal, até porque há a presença do pronome apassivador, ou partícula apassivadora.
- (D) Trata-se de um período composto com verbos na voz ativa, o que se comprova pela ausência de sujeito e de agente da passiva.
- (E) Trata-se de um raro exemplo de voz reflexiva recíproca com apenas um agente, já que a reciprocidade se percebe apenas implicitamente.

### QUESTÃO 2

Observe a utilização do verbo "haver" em "A partir dessa lista, vai haver outra rodada". Sobre ela, analise as afirmativas.

- I. Ao participar de uma locução verbal, o verbo "haver", impessoal nesse contexto, torna toda a locução impessoal.
- II. Caso a expressão "outra rodada" seja substituída por "outras rodadas", a locução "vai haver" teria de ser substituída por "vão haver", para manter a adequação às normas de concordância verbal.
- III. Como ocorre em locuções verbais, uma das ocorrências verbais está em uma forma nominal – nesse caso, é um infinitivo.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) II e III, somente.

**QUESTÃO 3**

Observe as duas ocorrências de “que” em “Nossa expectativa é que no primeiro trimestre a gente consiga formular outro plano que possa ser encaminhado a uma assembleia de uma forma negociada”. Sobre elas, assinale a alternativa em que haja uma análise correta.

- (A) Ambas as ocorrências classificam-se morfologicamente como conjunções, embora uma seja integrante e a outra, subordinativa adjetiva.
- (B) Ambas as ocorrências são classificadas morfologicamente como conjunções, embora uma delas apresente função sintática e a outra, não.
- (C) A primeira ocorrência é classificada morfologicamente como conjunção integrante; a segunda, como pronome relativo.
- (D) Ambas classificam-se como pronomes relativos, já que cumprem a mesma função de retomar um termo anterior, mantendo a coesão textual.
- (E) A primeira ocorrência é classificada morfologicamente como conjunção coordenativa; a segunda, como conjunção subordinativa adverbial.

Para responder às questões 4 e 5, leia os quadrinhos abaixo.



(www.umsabadoqualquer.com)

**QUESTÃO 4**

Quanto à tirinha como um todo, analise as afirmativas.

- I. O principal objetivo dos quadrinhos é construir o humor por meio da polissemia da palavra "sonhos".
- II. As reticências, no segundo quadrinho, marcam a dificuldade do pai (de chapéu) de se comunicar com o filho, já que não compreende as palavras do menino.
- III. A palavra "direitinho" apresenta-se no diminutivo para marcar o tamanho reduzido dos sonhos do garoto.

Está correto o que se afirma em:

- (A) todas.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) III, somente.
- (E) nenhuma.

**QUESTÃO 5**

Em "porque na vida temos que ganhar dinheiro":

- (A) a palavra "que" atua como preposição, conectando os verbos entre si.
- (B) a palavra "porque" deveria ser substituída por "porquê", para garantir a correção gramatical.
- (C) a palavra "porque" deveria ser substituída por "porquê", para garantir a correção gramatical.
- (D) o sujeito é simples (vida).
- (E) a forma verbal "ganhar" está no futuro do subjuntivo.

As questões 6 e 7 são baseadas no Manual de Redação da Presidência da República.

**QUESTÃO 6**

Uma das características de um texto oficial, segundo o Manual de Redação da Presidência da República, é a clareza. Para que tal clareza se mantenha, é imprescindível não haver ambiguidade. Assinale, dentre as alternativas a seguir, a única em que não haja ambiguidade.

- (A) O Ministro comunicou a seu secretariado que ele seria exonerado.
- (B) Em seu discurso o Deputado saudou o Presidente da República. No pronunciamento, solicitou a intervenção federal em seu Estado, o que não surpreendeu o Presidente da República.
- (C) Roubaram a mesa do gabinete em que eu costumava trabalhar.
- (D) Sendo indisciplinado, o Chefe admoestou o funcionário.
- (E) Depois de examinar o paciente, uma senhora chamou o médico.

**QUESTÃO 7**

"O uso de pronomes e locuções pronominais de tratamento tem larga tradição na língua portuguesa. De acordo com Said Ali, após serem incorporados ao português os pronomes latinos tu e vos, "como tratamento direto da pessoa ou pessoas a quem se dirigia a palavra", passou-se a empregar, como expediente linguístico de distinção e de respeito, a segunda pessoa do plural no tratamento de pessoas de hierarquia superior."

Brasil. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. – Brasília: Presidência da República, 2002, p. 9. Adaptado.

A respeito do emprego dos pronomes de tratamento, assinale a alternativa totalmente correta.

- (A) Em qualquer comunicação oficial dirigida a um funcionário público, deve-se empregar o superlativo "digníssimo", já que a dignidade é pressuposto para que se ocupe um cargo público.
- (B) O vocativo "Magnífico" corresponde à forma "Vossa Magnificência", assim como "Eminente", à "Vossa Eminência".
- (C) Em comunicações oficiais dirigidas ao Presidente da República, emprega-se a forma "Excelentíssimo Senhor", seguida da designação do cargo.
- (D) Qualquer autoridade do poder público é tratada com o vocativo "Senhor", seguido do respectivo cargo, independentemente de qual seja ele.
- (E) Em comunicações oficiais dirigidas a senadores, emprega-se a forma "Doutor", já que esse título acadêmico é requisito para que se ocupe o cargo.

**QUESTÃO 8**

Em uma empresa há 520 funcionários operacionais e 65% desses funcionários são do sexo feminino. Após um programa de demissão voluntária, 20 funcionários do sexo masculino se desligaram da empresa. Após esse processo, surgiu uma vaga de supervisor e haverá escolha entre os funcionários para o cargo. Supondo que todos tenham as mesmas qualificações, qual a probabilidade de uma mulher ser escolhida para o cargo?

- (A) 67,6%.
- (B) 65,0%.
- (C) 70,0%.
- (D) 50,0%.
- (E) 66,0%.

**QUESTÃO 9**

Sejam dois conjuntos A e B. Considere as afirmações a seguir.

- I.  $A \supset B$ .
- II. A não é um conjunto vazio.
- III.  $A - B = \emptyset$ .

Considere que as afirmações acima sejam verdadeiras. É possível concluir que:

- (A)  $B = \emptyset$
- (B)  $B \not\subset A$
- (C)  $A = B$
- (D)  $B \in A$
- (E)  $A \cap B = \emptyset$

**QUESTÃO 10**

Um analista de compras aprova 20% dos processos que são enviados a ele pela primeira vez. Os restantes são devolvidos aos setores de origem para correções. Um setor encaminhou quatro processos para esse analista. A probabilidade de que, pelo menos, um desses processos seja aprovado sem correções é, aproximadamente:

- (A) 72%.
- (B) 67%.
- (C) 41%.
- (D) 59%.
- (E) 48%.

**QUESTÃO 11**

Uma empresa que faz recebimentos em dinheiro concluiu que 2% de todas as notas que recebe são falsas. Com base na probabilidade frequentista, a probabilidade de receber três notas falsas na sequência é igual a:






- (A) 6%.
- (B) 0,0008%.
- (C) 8%.
- (D) 0,024%.
- (E) 2%.

ESPAÇO PARA RASCUNHO

Nas questões que avaliam os conhecimentos de noções de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português, que o mouse está configurado para pessoas destros, que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do mouse e que teclar corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

### QUESTÃO 12

Uma pasta na unidade C de um computador com o Sistema Operacional Windows possui os seguintes arquivos:

Nome	Data de modificação	Tipo	Tamanho
 Apresentação	28/08/2016 21:14	Apresentação ...	137 KB
 imagem	23/05/2016 17:17	Imagem JPEG	273 KB
 Modelo	27/03/2016 14:59	Planilha do Mi...	15 KB
 musica	06/08/2016 23:33	Som no Forma...	8.755 KB
 Proposta	09/03/2016 08:52	Documento do...	12 KB

O tamanho aproximado dessa pasta no disco é de:

- (A) 9.192 bytes.
- (B) 9.192.000.000 bits.
- (C) 9.192.000 bytes.
- (D) 73.536 bytes.
- (E) 9.420.800.000 bits.

### QUESTÃO 13

No Microsoft Word 2010 em português em condições ideais:

- (A) para selecionar todo o texto do documento em edição, pressiona-se a combinação de teclas CTRL + A.
- (B) a combinação de teclas CTRL + Z permite desfazer apenas o último procedimento (ou comando) executado, mesmo que pressionada várias vezes.
- (C) pressionando-se a combinação de teclas SHIFT e seta para baixo, todas as linhas da posição do curso até o final do documento serão selecionadas.
- (D) para salvar um documento com senha, é necessário baixar e instalar um *plug-in* adicional ao Word, chamado Microsoft Security.
- (E) é possível salvar um documento no formato PDF, que é um formato de arquivo usado para exibir e compartilhar documentos de maneira compatível, independentemente de *software*, *hardware* ou Sistema Operacional.

### QUESTÃO 14

Considere a planilha a seguir, criada no Microsoft Excel 2010 em português.

	A	B
1	<b>CUSTOS FIXOS MENSAIS</b>	
2	Propaganda e publicidade	500,00
3	Treinamento Pessoal	1.200,00
4	Aluguel	600,00
5	Energia Elétrica	450,00
6	Material escritório	750,00
7	Telefones	500,00
8	Pró-labore	5.100,00
9	Tarifas Bancárias	400,00
10	<b>TOTAL DE CUSTOS FIXOS MAIORES QUE 1000</b>	<b>6.300,00</b>

A fórmula digitada na célula B10 para somar somente os valores maiores do que 1000 do intervalo de células de B2 a B9 foi:

- (A) =SOMA(B2:B9;SE(">1000"))
- (B) =CALCULAR(SE(B2:B9)>1000;SOMA())
- (C) =SOMASE(B2:B9,>1000)
- (D) =SOMASE(B2:B9;">1000")
- (E) =SE((B2:B9)>1000,SOMA)

### QUESTÃO 15

Um computador do escritório com sistema operacional Windows 7 Professional em português é utilizado por vários funcionários. Cada funcionário utiliza seu nome de usuário e sua senha para acessar seu perfil de área trabalho. Por questões de segurança, quando um funcionário sai do computador momentaneamente, deve bloqueá-lo para que ninguém o utilize com seu perfil. Ao retornar ao computador, o funcionário pode retornar à sua área de trabalho digitando sua senha. Para bloquear o computador, o funcionário deve:

- (A) pressionar CTRL + Alt + Delete e selecionar a opção Bloquear este computador.
- (B) entrar no Painel de Controle e escolher a opção Bloquear computador.
- (C) clicar no ícone do cadeado na área de trabalho.
- (D) pressionar Windows + R, digitar *locked* no campo Abrir e clicar no botão OK.
- (E) clicar no ícone do cadeado que fica na barra de tarefas, no canto inferior direito da tela.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 16

De acordo com disposição expressa da Constituição, a República Federativa do Brasil rege-se em suas relações internacionais pelo princípio:

- (A) da cidadania.
- (B) do pluralismo político
- (C) da igualdade entre os Estados.
- (D) da erradicação da pobreza e da marginalização.
- (E) dos valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa.

### QUESTÃO 17

Sobre o processo legislativo, analise as afirmativas a seguir.

- I. De acordo com a jurisprudência do Supremo, a Constituição não pode ser emendada apenas na vigência de estado de defesa e de estado de sítio.
- II. Antes de deliberar sobre a abolição do voto direto, necessária seria a elaboração de emenda constitucional para revogar o dispositivo que institui as cláusulas pétreas.
- III. Por força do princípio da separação dos poderes, é defeso ao Poder Judiciário examinar os requisitos de relevância e urgência da medida provisória.
- IV. Para que o Presidente da República edite lei delegada, é necessária a autorização do Congresso Nacional, por meio de resolução.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) I, III e IV, somente.
- (C) II e IV, somente.
- (D) IV, somente.
- (E) nenhuma.

### QUESTÃO 18

Considere as alternativas a seguir, acerca do controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, e assinale a que estiver correta.

- (A) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite controle de normas constitucionais originárias, desde que incompatíveis com princípios não escritos ou postulados da justiça.
- (B) Embora realizado preponderantemente pelo Poder Judiciário, a doutrina menciona exemplos de controle repressivo realizado pelo Poder Legislativo, como a rejeição de medida provisória inconstitucional.
- (C) É possível o controle judicial do processo legislativo, pela via incidental, exercido por meio da impetração de mandado de segurança, bem como mediante ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) Nos termos da Constituição, o Congresso Nacional pode sustar decreto presidencial que explore os limites do poder regulamentar, realizando controle preventivo de constitucionalidade.

- (E) O Partido Político com representação no Congresso Nacional pode propor ação direta de inconstitucionalidade, desde que demonstre pertinência temática.

### QUESTÃO 19

Considere hipótese em que a Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros, admite acusação contra o Presidente da República por prática de crime de responsabilidade, analise as afirmativas a seguir e assinale a correta.

- (A) Admitida a acusação pela Câmara dos Deputados, o Presidente ficará automaticamente suspenso de suas atividades.
- (B) O afastamento do Presidente da República do exercício de seu mandato dependerá de instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- (D) Admitida a acusação, a Câmara dos Deputados analisará o afastamento do Presidente da República, que observará prazo máximo de 90 dias.
- (E) O afastamento do Presidente da República dependerá do resultado do julgamento do processo pelo Senado Federal, consoante princípio da presunção da inocência.

### QUESTÃO 20

Com relação ao Poder Executivo, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete ao Presidente da República e ao Congresso Nacional nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- (B) Em caso de impedimento do Vice-Presidente da República, será chamado a sucedê-lo o Presidente da Câmara dos Deputados.
- (C) Nos termos da Constituição Federal, atentar contra o exercício dos direitos políticos constitui crime de responsabilidade do Presidente da República.
- (D) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos primeiros dois anos do período presidencial, far-se-á eleição 180 dias depois de aberta a última vaga.
- (E) Compete privativamente ao Presidente da República autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União.

**QUESTÃO 21**

Sobre as entidades da Administração Pública Indireta, assinale a alternativa correta.

- (A) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Indireta, criadas por lei para desempenhar funções próprias e típicas do Estado.
- (B) Os Estados podem criar suas próprias autarquias, assim como podem criar autarquia interestadual mediante convergência de diversas unidades federadas.
- (C) As empresas públicas exploradoras de atividade econômica, tais como o INMETRO, não precisam realizar procedimento licitatório para contratação de serviços relacionados à sua atividade-fim.
- (D) De acordo com jurisprudência do STJ, cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
- (E) As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, criadas sob a forma de sociedade anônima, com controle societário privado, tendo por objetivo a exploração de atividade econômica.

**QUESTÃO 22**

São exemplos de autarquia e sociedade de economia mista, respectivamente:

- (A) Conselho Regional de Farmácia e BNDES.
- (B) INSS e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
- (C) Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.
- (D) INSS e Casa da Moeda do Brasil.
- (E) Banco Central do Brasil e PETROBRAS.

**QUESTÃO 23**

Sobre a responsabilidade civil do Poder Público, analise as afirmativas a seguir.

- I. A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público baseia-se no risco administrativo, sendo objetiva.
- II. A Constituição Federal estabelece responsabilidade extracontratual subjetiva às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, facultando ação de regresso em face do funcionário causador do prejuízo.
- III. Na hipótese de dano causado ao usuário do serviço público prestado mediante concessão, a concessionária privada responderá direta e objetivamente pelo prejuízo.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) nenhuma.

**QUESTÃO 24**

Sobre os princípios constitucionais da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Está em conformidade com o princípio da moralidade o ato praticado por agente público em favorecimento próprio, desde que revestido de legalidade.
- (B) O Poder Judiciário e o Poder Legislativo, no exercício atípico da função administrativa, não estão sujeitos aos princípios constitucionais da Administração Pública, em razão do princípio da legalidade estrita.
- (C) Está em consonância com o princípio da publicidade e com o texto constitucional o sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- (D) O princípio da publicidade autoriza a divulgação de salários e vencimentos praticados no âmbito da Administração, vedando apenas a individualização dos servidores.
- (E) O princípio da eficiência não se aplica aos entes da Administração Pública indireta, pois estão submetidos a regime jurídico de direito privado, adstrito à persecução do lucro.

**QUESTÃO 25**

Em situação hipotética, quando reinavam condições fáticas que não violavam o interesse público, a Administração Pública editou um ato de autorização para extrair areia de rio. Como a atividade consentida passou a criar malefícios à natureza, a Administração providenciou a retirada do ato administrativo, notadamente por critérios de conveniência e oportunidade. Assinale a alternativa correta, com relação à forma de extinção do ato administrativo.

- (A) Anulação.
- (B) Caducidade.
- (C) Revogação.
- (D) Extinção subjetiva.
- (E) Extinção objetiva.

**QUESTÃO 26**

Com relação aos elementos e requisitos de validade do ato administrativo, analise as afirmativas a seguir.

- I. O ato administrativo praticado sem a observância de qualquer de seus elementos estará contaminado de vício de legalidade e estará, como regra, sujeito à anulação.
- II. Para que ocorra o fenômeno da delegação de competências, é necessário que haja norma expressa autorizadora, normalmente de lei.
- III. No direito público não se admite manifestação da vontade administrativa por meio de gestos ou sinais, como no direito privado. O ato administrativo deve ser escrito, registrado e publicado, consoante princípio da solenidade das formas.
- IV. Nas hipóteses em que o vício de forma constituir mera irregularidade, sem afetar a órbita jurídica de quem quer que seja, não haverá anulação do ato, mas simples correção, formalizada pelo instituto da convalidação.

Está correto o que se afirma somente em:

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

**QUESTÃO 27**

[...] o Estado precisa ter mecanismos próprios que lhe permitam atingir os fins que colima, mecanismos esses inseridos no direito positivo e qualificados como verdadeiros poderes ou prerrogativas especiais de direito público.

(Carvalho Filho, Manual de Direito Administrativo)

Considerando o texto acima indicado, bem como as considerações doutrinárias sobre os poderes da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A concessão de licença para funcionamento de estabelecimento comercial constitui exemplo de atuação administrativa fundada no poder normativo.
- (B) A autoridade que se afastar da finalidade pública, sob a escusa do poder de polícia, incidirá em desvio de poder e acarretará a nulidade do ato.
- (C) Sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração encontram fundamento no poder disciplinar do Estado.
- (D) Os atos de polícia devem ser praticados apenas por autoridades vinculadas diretamente às Secretarias de Segurança Pública.
- (E) Verificando falta praticada por servidor, a Administração tem liberdade de escolha entre punir e não punir, pois o poder disciplinar é discricionário.

**QUESTÃO 28**

Na Administração Pública há processo licitatório para contratação de serviços, instituído para garantir o melhor atendimento ao interesse público. Com relação ao tema, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Nos termos da lei, é possível estabelecer no processo licitatório margem de preferência a produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.
- (B) A documentação relativa ao processo licitatório não será sigilosa, sendo pública e acessível ao público, salvo o conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- (C) As empresas estatais exploradoras de atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços estão dispensadas de observar os princípios da lei de licitação.
- (D) É vedado incluir no objeto da licitação o fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões do projeto básico ou executivo.
- (E) É dispensável a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

**QUESTÃO 29**

Sobre as diretrizes estabelecidas pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O dever do servidor público de prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, constitui regra deontológica do Código de Ética.
- (B) O servidor deve comunicar a seus superiores, a qualquer tempo, ou sempre que possível, todo e qualquer ato contrário ao interesse público.
- (C) A despeito das garantias estabelecidas pelo Código de Ética, o servidor ainda pode omitir a verdade nos casos de segurança nacional, ou simplesmente quando for contrária aos interesses da Administração Pública.
- (D) O servidor público deve abster-se, sempre que possível, de exercer sua função com finalidade estranha ao interesse público, ainda que observe as formalidades legais e não cometa qualquer violação à lei.
- (E) Atualmente, deixar qualquer pessoa à espera de solução, permitindo a formação de longas filas, é comum e normal, razão pela qual não gera dano moral ao usuário do serviço público.

**QUESTÃO 30**

Sobre as Comissões de Ética mencionadas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal indireta, ou qualquer outro órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, devem criar uma Comissão de Ética.
- II. O registro sobre a conduta ética do servidor será fornecido pela comissão de ética aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira, com o objetivo de instruir e fundamentar promoções.
- III. Aquele que presta serviço de natureza temporária ou excepcional, mesmo ligado diretamente a órgão do poder estatal, não fica sujeito às deliberações da Comissão de Ética.
- IV. As penas aplicáveis ao servidor público pela Comissão de Ética são as de censura e suspensão, e sua fundamentação constará do respectivo parecer.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I somente.
- (E) II somente.

**QUESTÃO 31**

De acordo com a CLT, aponte a alternativa correta acerca do recurso de revista.

- (A) O TST, no recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica e social, apenas.
- (B) O recurso de revista, dotado de efeito apenas devolutivo e suspensivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo ou denegá-lo.
- (C) O recurso de revista que aborda execução de sentença para ser admitido depende de demonstração inequívoca de violência direta a lei ordinária ou à CF.
- (D) A divergência apta a ensejar o recurso de revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por Súmula do TST, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do TST.
- (E) Quando o recurso tempestivo contiver defeito formal que não se repute grave, o TST deverá desconsiderar o vício.

**QUESTÃO 32**

Em relação à prova testemunhal, de acordo com a CLT, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz ou presidente.
- (B) As partes e testemunhas serão inquiridas pelo juiz ou presidente, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento dos Juizes classistas, das partes, seus representantes ou advogados.
- (C) As testemunhas comparecerão à audiência independentemente de notificação ou intimação.
- (D) Cada uma das partes não poderá indicar mais de 3 (três) testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a 6 (seis).
- (E) A testemunha que for parente até o quarto grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.

**QUESTÃO 33**

João, funcionário celetista, requer a seu empregador uma licença com suspensão do contrato de trabalho para realizar determinado curso de qualificação profissional pelo período previsto em Convenção Coletiva de Trabalho. Nesse caso, deferido o pedido:

- (A) o contrato de trabalho não poderá ser suspenso por mais de uma vez no período de dezesseis meses.
- (B) é desnecessária a comunicação ao Sindicato.
- (C) o período de estudo poderá ser prorrogado a critério do empregado por quantas vezes for necessário o aprendizado.
- (D) deve ocorrer no período de curso o pagamento compulsório fixado pelo empregador.
- (E) deve ser aprovado posteriormente por comissão internamente organizada na empresa.

**QUESTÃO 34**

A terceirização é conceituada pela doutrina como sendo a contratação de trabalhadores por empresa ou pessoa interposta, isto é, o serviço é prestado por meio de uma relação triangular da qual fazem parte o trabalhador, a empresa prestadora de serviços e a tomadora desses serviços. Nessa esteira, conforme entendimento do TST:

- (A) não havendo pessoalidade e subordinação direta no caso de contratação dos serviços de vigilância, de conservação e limpeza, não se forma vínculo de emprego com o tomador, o que não ocorre nos casos de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador.
- (B) a contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, diante da previsão contida no art. 37, II, da CF.
- (C) a contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal em caso de trabalho temporário da Lei nº 6.019/74, formando-se vínculo diretamente com a empresa de trabalho temporário.
- (D) a responsabilidade dos entes da Administração pública sobre as obrigações trabalhistas não cumpridas pelo empregador é subsidiária, independentemente de verificação de conduta culposa ou fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora do serviço como empregadora.
- (E) o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica responsabilidade solidária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, ainda que não tenha participado da relação processual.

**QUESTÃO 35**

De acordo com a legislação previdenciária vigente acerca do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), aponte a alternativa incorreta.

- (A) O CNPS, órgão superior de deliberação colegiada, terá como membros 6 (seis) representantes do Governo Federal e 9 (nove) representantes da sociedade civil.
- (B) Dos 9 (nove) membros representantes da sociedade civil no CNPS, 3 (três) serão representantes dos aposentados e pensionistas, 3 (três) serão representantes dos trabalhadores em atividade e 3 (três) serão representantes dos empregadores.
- (C) Os membros do CNPS e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.
- (D) Os representantes dos trabalhadores em atividade, dos aposentados, dos empregadores e seus respectivos suplentes serão indicados pelas centrais sindicais e confederações nacionais.
- (E) O CNPS reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu Presidente, não podendo ser adiada a reunião por mais de 15 (quinze) dias se houver requerimento nesse sentido da maioria dos conselheiros.

**QUESTÃO 36**

São segurados obrigatórios:

- (A) o síndico não remunerado e o presidiário.
- (B) o presidiário e o ministro de confissão religiosa.
- (C) o ministro de confissão religiosa e o desempregado.
- (D) o ministro de confissão religiosa e o empregado.
- (E) o brasileiro que acompanha o cônjuge que vai trabalhar no exterior e o síndico não remunerado.

**QUESTÃO 37**

A Constituição Federal enumerou algumas regras de Direito Tributário, visando à proteção do contribuinte e à limitação do poder de tributar. Com relação ao tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. O princípio constitucional da vedação ao confisco aplica-se igualmente às multas tributárias, limitando o poder do Estado na instituição e na cobrança de penalidades.
- II. A despeito do princípio constitucional da uniformidade, admite-se a concessão de incentivos fiscais para promover o equilíbrio socioeconômico entre as diferentes regiões do Brasil.
- III. As limitações ao poder de tributar podem ser reguladas, nos termos da Constituição Federal, por lei complementar ou por lei ordinária.
- IV. Muito embora consolidado como princípio constitucional tributário, o princípio da anterioridade não tem natureza jurídica de garantia individual.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) I, II e III, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) I, somente.
- (E) nenhuma.

**QUESTÃO 38**

Sobre as imunidades tributárias, assinale a alternativa que está em desacordo com a Constituição Federal e com a jurisprudência do STF.

- (A) É defeso à União instituir impostos sobre templo de qualquer culto, especialmente sobre o patrimônio, a renda e os serviços dessas entidades, independentemente de suas finalidades essenciais.
- (B) Para concessão de imunidade sobre livros, jornais e periódicos é prescindível a apresentação de prova do valor cultural ou pedagógico da publicação.
- (C) O imóvel pertencente ao partido político, quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais da entidade.
- (D) Os valores investidos e a renda auferida pelo membro da federação são imunes a impostos, consoante garantia constitucional da imunidade recíproca.
- (E) As imunidades tributárias não se confundem com a possibilidade de os entes federativos concederem isenções, que correspondem a dispensa de pagamento do tributo por expressa disposição legal e não constitucional.

**QUESTÃO 39**

Sobre os impostos da União, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos termos da Constituição, compete à União instituir impostos, mediante lei complementar, sobre grandes fortunas.
- (B) O comprador que goza dos benefícios da imunidade tributária, ao adquirir veículo automotor importado, estende sua imunidade ao produtor.
- (C) De acordo com o Código Tributário, imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador situação vinculada a uma atividade estatal específica dirigida ao contribuinte.
- (D) A União poderá instituir impostos extraordinários na hipótese de iminência ou no caso de guerra externa, os quais deverão ser suprimidos gradativamente quando cessadas as causas de sua criação.
- (E) Não compete à União instituir imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores imobiliários.

**QUESTÃO 40**

Considere a proposição I e a razão II a seguir.

- I. É compatível com a Carta Magna a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de estabelecer as alíquotas do Imposto de Exportação.

**PORQUE**

- II. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite violação de competência privativa do Presidente da República (alterar alíquota do imposto de exportação), para fortalecer seu poder de agenda e evitar que o Chefe do Executivo perca governabilidade.

Assinale a alternativa correta.

- (A) A proposição é verdadeira, mas a razão é falsa.
- (B) A proposição é falsa, mas a razão é verdadeira.
- (C) A proposição e a razão são falsas.
- (D) A proposição e a razão são verdadeiras, mas a razão não justifica a proposição.
- (E) A proposição e a razão são verdadeiras, e a razão justifica a proposição.

**QUESTÃO 41**

De acordo com disposição expressa do Código Tributário Nacional, suspende e extingue o crédito tributário, respectivamente:

- (A) a moratória e a transação.
- (B) a remissão e a moratória.
- (C) a transação e o parcelamento.
- (D) a prescrição e a decadência.
- (E) a transação e a remissão.

**QUESTÃO 42**

Considere a seguinte hipótese: edição de medida provisória para majoração de imposto sobre propriedade territorial rural, que foi convertida em lei, sem alteração em seu texto original, 45 dias após sua publicação. Nessa hipótese, a lei em questão é:

- (A) inconstitucional, pois deriva de medida provisória que versa sobre matéria a esta vedada.
- (B) inconstitucional, porque a conversão se deu após a perda de eficácia da medida provisória por decurso de prazo.
- (C) inconstitucional, porque a conversão se deu em regime de urgência, não aplicável à espécie.
- (D) constitucional, a despeito da existência de vícios material e formal de origem, sanados que estes foram em virtude da conversão em lei.
- (E) compatível com a Constituição da República, sob os aspectos formal e material.

**QUESTÃO 43**

Com relação às regras estabelecidas pelo CTN sobre o crédito tributário, analise as afirmativas a seguir.

- I. Nos termos do Código Tributário Nacional, o crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.
- II. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
- III. De acordo com o CTN, a concessão de medida liminar em mandado de segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) III, somente.
- (D) todas.
- (E) nenhuma.

**QUESTÃO 44**

Considerando as disposições do Código Civil sobre a personalidade e a capacidade civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Os pródigos não possuem restrições à capacidade civil, consoante redação do código mencionado no enunciado.
- (B) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- (C) Os menores de 16 anos e aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade são absolutamente incapazes.
- (D) Segundo jurisprudência do Supremo, é permitida a publicação de biografia, sem a autorização prévia do biografado.
- (E) Cessa a incapacidade para os menores, entre outras hipóteses, pela concessão dos pais mediante instrumento público e homologação judicial.

**QUESTÃO 45**

Sobre a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- (B) Nos termos da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, salvo disposição em contrário.
- (C) Se ocorrer nova publicação de lei que ainda não entrou em vigor, destinada apenas à correção de erros de grafia, o prazo de *vatio legis* não sofrerá alterações, contando-se a partir da primeira publicação.
- (D) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- (E) Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

**QUESTÃO 46**

Nas hipóteses em que o Juiz estende o preceito legal aos casos não compreendidos em seu dispositivo, ocorre utilização da:

- (A) analogia.
- (B) interpretação sistemática.
- (C) interpretação gramatical.
- (D) interpretação teleológica.
- (E) socialidade da lei.

**QUESTÃO 47**

Sobre a cessão de crédito, analise as afirmativas a seguir.

- I. Nos termos do Código Civil, a cessão de crédito não depende de anuência do devedor para que seja válida.
- II. A cessão de crédito tem eficácia em relação ao devedor, independentemente de notificação, sobretudo nos casos em que a cessão é realizada por instrumento público.
- III. Na cessão de crédito a título oneroso, a lei impõe ao cedente a responsabilidade pela solvência do devedor.
- IV. Se o crédito a ser cedido envolver direito real de garantia, como hipoteca, imprescindível será, se casado o cedente, a anuência do outro consorte.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, somente.
- (B) I e IV, somente.
- (C) II e IV, somente.
- (D) I, III e IV, somente.
- (E) nenhuma.

**QUESTÃO 48**

Considere a seguinte hipótese: João pensa que está se associando a uma pessoa de reconhecida idoneidade moral, mas contrata com outra que, tendo o mesmo nome, é desonesta. Diante dessa situação, é possível buscar judicialmente a anulação do negócio com alegação de vício de consentimento chamado de:

- (A) coação.
- (B) estado de perigo.
- (C) erro.
- (D) lesão.
- (E) simulação.

**QUESTÃO 49**

Sobre a prescrição, analise as afirmativas a seguir.

- I. Nos termos do Código de Processo Civil, a prescrição deve ser alegada com a contestação, sob pena de preclusão.
- II. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.
- III. Haverá resolução de mérito quando o juiz decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição.
- IV. A prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III, somente.
- (B) II, III e IV, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) III, somente.
- (E) III e IV, somente.

**QUESTÃO 50**

Sobre as regras de competência previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta.

- (A) As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei.
- (B) Nos termos do Código de Processo Civil, a ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.
- (C) Serão remetidos ao juízo federal competente os processos nos quais intervier a União, incluindo as ações de recuperação judicial e falência.
- (D) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro do domicílio do réu.
- (E) A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente, consoante regra do Código de Processo Civil.

**QUESTÃO 51**

Sobre os prazos processuais, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato.
- (B) Nos termos do Código de Processo Civil, o ato praticado antes do termo inicial do prazo será considerado tempestivo.
- (C) Segundo jurisprudência do STJ, é defeso ao juiz reduzir prazos peremptórios com ou sem anuência das partes, salvo nos casos de calamidade pública.
- (D) Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar ou de emendar o ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa.
- (E) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa.

**QUESTÃO 52**

Com relação ao procedimento comum, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Aplica-se a todas as causas o procedimento comum, salvo disposição em contrário do próprio Código de Processo Civil ou de lei.
- (B) O procedimento comum aplica-se subsidiariamente aos demais procedimentos especiais e ao processo de execução.
- (C) No procedimento comum, ao verificar que a petição inicial apresenta defeitos capazes de dificultar o julgamento de mérito, o Juiz determinará que o Autor a emende ou a complete, no prazo de 15 dias.
- (D) Indeferida a petição inicial, o Autor poderá interpor agravo de instrumento, facultado ao Juiz o prazo de 5 dias para retratar-se da decisão.
- (E) Para tramitar sob o procedimento comum, a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

**QUESTÃO 53**

Sobre o procedimento dos Juizados Especiais, assinale a alternativa incorreta.

- (A) É lícito ao réu, em sede de reconvenção, formular pedido em seu favor, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.
- (B) O insolvente civil e a massa falida não podem ser parte nos processos cíveis instituídos com base na lei do Juizado Especial Cível.
- (C) O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.
- (D) Não será admitida, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiros, muito embora se admita a formação de litisconsórcio.
- (E) Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, e quando opostos contra a sentença suspenderão o prazo para interposição de eventual recurso.

**QUESTÃO 54**

Considerando as disposições do Código Penal sobre os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O funcionário que desvia dinheiro público, ou qualquer outro bem móvel, em proveito próprio, pratica crime de prevaricação.
- (B) Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela é crime contra a Administração Pública, punido com pena de reclusão e multa.
- (C) O particular que oferece vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a realizar ato de ofício, pratica crime contra a Administração Pública, notadamente o crime de concussão.
- (D) Aquele que exerce cargo ou emprego público transitoriamente ou sem remuneração não é considerado funcionário público para os efeitos penais.
- (E) Nos termos do Código Penal, equipara-se a funcionário público quem trabalha para empresa prestadora de serviço conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

**QUESTÃO 55**

Com relação ao peculato culposo, é possível a extinção da punibilidade do funcionário público que reparar o dano antes:

- (A) do oferecimento da denúncia.
- (B) da conclusão da investigação criminal.
- (C) do início da ação penal.
- (D) da sentença irrecorrível.
- (E) de ser exonerado do serviço público.

ESPAÇO PARA RASCUNHO

## LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO SISTEMA CFC/CRC's

### QUESTÃO 56

De acordo com Decreto-Lei nº 9.295/46, não é considerado trabalho técnico de contabilidade:

- (A) coordenação da abertura, do registro e do protocolamento de processos pertinentes à fiscalização contábil.
- (B) organização e execução de serviços de contabilidade em geral.
- (C) escrituração dos livros obrigatórios.
- (D) prestação de assistência aos Conselhos Fiscais das Sociedades Anônimas.
- (E) execução de revisão de balanços e de contas em geral.

### QUESTÃO 57

Considerando o princípio da legalidade, temos que os atos processuais deverão ser motivados quando:

- (A) afetem interesses, mas não direitos.
- (B) decidam recursos.
- (C) deixa-se de aplicar jurisprudência firmada sobre determinada questão por se tratar de fato que independe de provas.
- (D) importem anulação, revogação ou convalidação de ato administrativo, mas não se aplica a suspensão.
- (E) importem anulação, revogação ou suspensão de ato administrativo, mas não se aplica a convalidação.

### QUESTÃO 58

Considere as seguintes afirmativas sobre as hipóteses de Cancelamento do Registro Cadastral para as Organizações Contábeis de Responsabilidade Individual ou Coletivas.

- I. Doença grave, falecimento ou cassação do registro profissional do titular de Organizações Contábeis de Responsabilidade Individual.
- II. Encerramento de atividade mediante baixa definitiva do CNPJ e Junta Comercial, no caso de contribuinte individual de responsabilidade limitada, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.
- III. Mediante requerimento do interessado e comprovante de encerramento da atividade para o Escritório Individual.
- IV. Mediante abertura de processo por iniciativa do CRC, em caso de falecimento ou cassação do sócio administrador.
- V. Em caso de vacância de responsável técnico e caso o(s) sócio(s) remanescente(s) não recompuserem o novo sócio no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, mediante comprovação de notificação e ciência dos demais sócios.

Está correto o que se afirma somente em:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) III e V.

### QUESTÃO 59

Tendo em vista o que a Resolução CFC nº 1.494/15 dispõe sobre a Cassação e a Suspensão para o exercício da atividade profissional decorrente de aplicação de penalidade com trânsito em julgado, é incorreto afirmar que:

- (A) a cassação do exercício profissional de contador ou técnico em contabilidade, desde que homologada por 2/3 (dois terços) do Plenário do Tribunal Regional de Ética e Disciplina, bem como por 2/3 (dois terços) do Plenário do Tribunal Superior de Ética e Disciplina, acarretará o cancelamento do Registro Profissional.
- (B) a cassação do exercício profissional de contador ou técnico em contabilidade, desde que homologada por 1/3 (um terço) do Plenário do Tribunal Regional de Ética e Disciplina, bem como por 1/3 (um terço) do Plenário do Tribunal Superior de Ética e Disciplina ou do Plenário do Tribunal Superior de Orientação e Fiscalização, acarretará o cancelamento do Registro Profissional, após advertência e censura pública.
- (C) a cassação de sócio de organização contábil de responsabilidade coletiva pode acarretar a baixa de Registro Cadastral de organização contábil, se não for realizada a devida alteração contratual pelo(s) sócio(s) remanescente(s), obrigatoriamente, no prazo de até 30 (trinta) dias.
- (D) a cassação do Registro Profissional de titular de organização contábil de responsabilidade individual acarreta o cancelamento do Registro Cadastral da organização contábil.
- (E) decorrido o prazo da penalidade de suspensão, o Registro Profissional será restabelecido automaticamente, independentemente de solicitação.

**QUESTÃO 60**

Constitui competência do Conselho Federal de Contabilidade a regulamentação das atividades-fim do Sistema CFC/CRCs, bem como a fiscalização e o controle das atividades financeiras, econômicas, administrativas, contábeis e orçamentárias dos Conselhos de Contabilidade. Analise as afirmativas a seguir.

- I. As contas do CFC e dos CRCs, organizadas e apresentadas por seus presidentes, com pareceres e deliberações das Câmaras de Controle Interno e dos seus respectivos Plenários, serão submetidas à apreciação e ao julgamento do Plenário do CFC até o último dia útil do mês de junho do exercício social subsequente.
- II. Os Conselhos Regionais encaminharão, até 28 de fevereiro do exercício social subsequente, suas prestações de contas do exercício findo ao Conselho Federal, com observância aos procedimentos, às condições e aos requisitos por este estabelecido.
- III. A não apresentação das contas no prazo fixado poderá determinar a instauração do processo de Tomada de Contas Especial.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) duas das afirmativas, somente.
- (E) todas as afirmativas.

ESPAÇO PARA RASCUNHO

# PROVA DISCURSIVA

## LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- 1 Ao receber a sua FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO para a elaboração de seu texto, verifique imediatamente se o número de sequência (canto superior direito) confere com o número impresso no seu CARTÃO-RESPOSTA.
- 2 A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul; não serão permitidas interferências e/ou participação de outras pessoas.
- 3 A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO da prova discursiva **não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local, que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do candidato**. Portanto, a detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição do texto definitivo, acarretará a anulação da prova.
- 4 A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO será o único documento válido para avaliação da prova. A folha rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade.
- 5 O texto deverá ter extensão mínima de 15 linhas e máxima de 30 linhas.
- 6 O candidato receberá nota igual a zero em casos de fuga ao tema ou ao gênero proposto, de haver texto com quantidade inferior a 15 (quinze) linhas, de não haver texto, de não haver respeito à estrutura textual, de identificação em local indevido, se o texto for escrito a lápis ou caneta de cor diferente da especificada no item 2 acima, ou apresentar letra ilegível.

## QUESTÃO

### “Estado de SP questiona decisões judiciais que validam salários acima do teto

A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com três processos em que questiona decisões cautelares do Judiciário paulista que permitiram que aposentados e pensionistas do Estado recebam benefícios superiores ao teto definido pela Constituição Federal. Alegando necessidade de “cessar a grave lesão à ordem e às finanças públicas” do Estado, o órgão requer que tais decisões sejam imediatamente suspensas, antes do julgamento final das ações pelo STF.

Para a autora, a medida tomada pela Justiça paulista contraria a Emenda Constitucional 41 de 2003 (Reforma da Previdência), que estabelece um teto salarial para todo o funcionalismo público e impede que vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza excedam esse teto. Além disso, segundo o órgão, as decisões ferem o artigo 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que expressamente ordenou a redução de remunerações de servidores públicos superiores ao novo teto fixado”.

(<<http://stf.jus.br/portal>> Acesso em 28 dez 2016)

Considerando as informações acima, redija um texto dissertativo em prosa, esclarecendo os seguintes itens, organizados de forma clara e coesa:

- a. a aplicação da regra do teto remuneratório dos servidores públicos, previsto no art. 37, IX, da Constituição Federal, segundo jurisprudência do STF.
- b. a situação dos servidores que pretendem receber acima do limite constitucional, sob a escusa de direito líquido e certo às verbas remuneratórias adquiridas sob o regime legal anterior.

**FOLHA DE RASCUNHO (em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço)**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

AO RECEBER SUA FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA, NÃO ASSINE E NÃO ULTRAPASSE 30 LINHAS.

ESPAÇO PARA RASCUNHO